

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O USO DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE SELEÇÃO DO PROEJA

Samara Cristina Silva Pereira
UFPI (samaracefetpi@gmail.com)
Verissimo Docarmo Neto
SEDUC PI (verissimomat@bol.com.br)

RESUMO

O trabalho expõe os resultados da pesquisa sobre o acesso aos cursos do PROEJA no IFPI, que objetivou verificar se a seleção por meio do uso de questionário socioeconômico e educacional foi democratizadora desse acesso, isto é, se favoreceu o ingresso do público-alvo do Programa. Tomou-se como referência a legislação educacional da educação profissional e educação de jovens e adultos, e estudos na área pesquisada. Utilizou-se como base de dados as informações dos questionários respondidos pelos candidatos ao curso no momento de sua inscrição e a pontuação obtida nos indicadores considerados. As informações foram tabuladas e separadas em grupos de candidatos classificados e aprovados, possibilitando análise comparativa entre os resultados e o peso dos diferentes indicadores na obtenção de uma vaga. Conclui-se que o uso do questionário socioeconômico educacional favoreceu o acesso entre aqueles em situação desfavorecida, posto que, em linhas gerais, os aprovados são os que reúnem maior número de indicadores de tal condição social: pertencem a famílias pobres, têm percurso escolar marcado por descontinuidades e rupturas, e já vivenciaram a experiência do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Proeja. Educação Profissional. Questionário socioeconômico e educacional. Democratização.

INTRODUÇÃO

Este artigo expõe os resultados da pesquisa na qual se inquiriu a forma de acesso aos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) em conformidade com o Programa Nacional de Integração de Educação Profissional integrada à educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no ano de 2008. A questão central que orientou a investigação foi: o questionário socioeconômico e educacional utilizado para seleção dos alunos dos cursos do PROEJA no IFPI constitui instrumento democratizador do acesso a tais cursos? Isto é, essa forma de acesso efetivamente contempla aqueles que constituem a imensa massa dos jovens e adultos público-alvo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Piauí?

Trata-se de pesquisa quantiquantitativa, que tem como base de dados os questionários socioeconômico e educacional preenchidos pelos jovens e adultos que concorreram a vaga para o curso Técnico em Edificações (Médio integrado ao Técnico na modalidade de Educação de Jovens e Adultos) ofertado pelo IFPI no segundo semestre de 2008. No questionário constam questões de ordem subjetiva (com registro de discursos) e objetiva, referentes aos indicadores de situação social e educacional dos estudantes, possibilitando o acesso a dados quantitativos e qualitativos de natureza diversificada. Além dos questionários, utilizou-se a pontuação obtida por cada candidato a partir das respostas prestadas, o que permitiu verificar o peso dos diferentes indicadores na classificação dos candidatos e na obtenção ou não de vaga.

O interesse em analisar o uso de questionário como instrumento de seleção para os cursos do Programa deu-se, dentre outros motivos: por ser essa uma metodologia inovadora na rede de educação profissional e tecnológica, especialmente numa sociedade na qual prevalece a meritocracia com princípio fundamental de acesso a bens culturais e posições sociais; e por ter sido essa a forma escolhida no IFPI, dentre outras possibilidades apontadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para acesso aos cursos nessa modalidade de ensino.

De modo geral, buscou-se identificar os elementos que possibilitaram a aprovação de 37 alunos jovens e adultos num universo de 137 que concorreram ao curso de edificações do PROEJA no Instituto Federal do Piauí, na época denominado de Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI). Também se objetivou compreender os motivadores da Coordenação Local do PROEJA para a escolha do questionário socioeconômico e educacional como instrumento de seleção, e a efetividade do mesmo na democratização.

O texto compõe-se de três partes principais: na primeira, delinea-se o referencial teórico, enfatizando o histórico, conceituação e objetivos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de EJA; na segunda, apresenta-se a metodologia adotada, enfocando o questionário socioeconômico e educacional utilizado como instrumento para acesso aos cursos do Proeja no IFPI, destacando-se indicadores contemplados, pontuação atribuída a cada indicador e peso dos mesmos; na terceira, expõe-se e discutem-se os resultados, isto é, as informações contidas no questionário e pontuação dos candidatos e aprovados; encerrando-se com as considerações.

II O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)

O PROEJA integra o conjunto de propostas educacionais do Governo Luis Inácio Lula da Silva desde sua primeira gestão (2002-2006). Em sua origem era denominado de *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos*, lançado em 24 de junho de 2005 através do Decreto nº 5.478. Após discussão entre os diversos atores envolvidos na oferta de educação profissional, educação de jovens e adultos e educação básica, o Programa foi reformulado, resultando no Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006.

No escopo das inovações trazidas pelo Decreto nº 5.840, que revogou o anterior, destaca-se a ampliação no espectro do nível de educação que o Programa atingiria, prescrevendo, a partir de então, a integração da educação profissional à educação básica e na modalidade de EJA. Com o referido decreto, o PROEJA passou à denominação de *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos* (BRASIL, 2007). A proposta de integração entre educação profissional e educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos apresenta-se como inovadora, haja vista tratarem-se de modalidades construídas historicamente por percursos diferenciados.

O casamento entre educação profissional e educação básica há algum tempo suscita discussões acerca da integração entre elas, especificamente entre o nível médio de ensino e a educação profissional, resultando em políticas educacionais de Estado diferenciadas, conforme opção política-ideológica do governo vigente. Como exemplo bem cristalizado acerca desse fato, têm-se as posições adotadas na Gestão de Fernando Henrique, através do Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, e no governo de Lula, com o Decreto nº. 5.154/04. No governo de FHC, com sua reforma gerencial, a educação profissional integrada ao ensino médio foi desmembrada em ensino técnico e ensino regular, enquanto na gestão de Lula, a integração entre a educação profissional e o ensino médio foi retomada.

No que refere a integração entre educação profissional e educação básica na modalidade de EJA, incluindo o nível médio de ensino, trata-se de uma novidade ainda mais recente no contexto atual, posto que a EJA desenvolveu-se historicamente no âmbito da alfabetização ou séries iniciais da educação básica.

2.1 O PROEJA

A obrigatoriedade do Estado brasileiro em ofertar educação de nível fundamental a todos, consolidada a partir da Constituição Democrática de 1988 que prescreve esse nível de educação como direito subjetivo, fez com que a expansão do ensino fundamental ocorresse rapidamente nos últimos anos. A cobertura desse nível de ensino gerou uma demanda por formação no nível médio, o que, por sua vez, levou ao incremento na oferta desse nível de ensino no setor público e no setor privado.

No setor público as diversas esferas preocuparam-se em estabelecer políticas e estratégias que contemplasse o diversificado público em busca da educação de nível médio e profissionalização. Na rede federal, um marco foi o PROEJA, que teve sua origem no Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, reformulado posteriormente, dando origem ao Decreto nº 5.840, promulgado em 13 de julho de 2006. A partir desse último decreto, a proposta de integração da educação profissional à educação básica na modalidade de jovens e adultos é denominada de PROEJA.

O PROEJA impõe-se grandes desafios: o primeiro é o de reinserir no sistema escolar milhões de jovens e adultos, possibilitando-lhes acesso a educação geral e a formação profissional; o segundo é o da articulação entre as modalidades de ensino que congrega; e o terceiro é romper com o descontínuismo que historicamente marcaram as ações voltadas para o público da EJA, através da construção de uma política pública estável para esse segmento. O referido programa, conforme Documento Base (MEC, 2007, p. 06), almeja ser “mais que um projeto educacional. (...) um poderoso instrumento de resgate da cidadania de toda uma imensa parcela de brasileiros expulsos do sistema escolar por problemas encontrados dentro e fora da escola”.

O público-alvo do PROEJA congrega jovens e adultos “cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade” (MEC, 2007, p. 10). A demanda existente para a EJA é ocasionada por fatores diversos, dentre eles os mais recorrentes são a dificuldade acesso a escola nesse nível de ensino e a necessidade de se inserir no mercado de trabalho. Entre os jovens os principais motivos relacionam-se aos problemas de não-permanência e insucesso escolar, diferentemente do que se pensava anteriormente onde o distanciamento da escola recaía principalmente sobre a necessidade de reprodução do grupo familiar. Nesse sentido, os jovens da EJA são:

(...) todos com escolaridade descontínua, não-concluintes com êxito do ensino fundamental, obrigados a abandonar o percurso, ou pelas reiteradas repetências, indicadoras do próprio “fracasso”, ou pelas exigências de compor renda familiar, insuficiente para a sobrevivência, face ao desemprego crescente, à informalidade e a degradação das relações de trabalho, ao decréscimo do número de postos (BRASIL, 2007, p. 16).

Considerando-se as estatísticas sobre educação no Brasil, a EJA é marcada além da condição socioeconômica do educando por especificidades setoriais, relacionadas a questões de gênero, raça, etnia, necessidades especiais. Desse modo, no momento da seleção dos sujeitos a serem inseridos em programas de educação profissional integrada à EJA, é sobremaneira importante que tais aspectos sejam considerados.

A educação profissionalizante hoje congrega educandos dos mais diversos segmentos sociais. Isso é reflexo de sistema de educação superior com cobertura muito limitada (menos de 20% da população tem acesso a esse nível de ensino), e de uma educação profissionalizante que proporciona uma rápida inserção no mercado de trabalho, garantindo dividendos e possibilitando, ainda, em muitos casos a continuidade da escolarização, com o posterior ingresso na educação superior (HADDAD; PIERRO, 2000).

Dessa forma, pensar na inserção de jovens e adultos na educação profissional induz pensar em formas que garantam que as vagas destinadas a esses sejam ocupadas pelos mesmos, posto que, genericamente, tratam-se de cursos de interesse da comunidade em geral. Como o público-alvo do PROEJA são aqueles historicamente excluídos e marginalizados pela sociedade e, conseqüentemente, pela escola, há que se definirem estratégias de acesso que os inclua efetivamente.

A partir desse quadro, a Coordenação do PROEJA no IFPI, quando da sua segunda seleção para turmas do PROEJA, que aconteceu em julho de 2008, elaborou instrumento de seleção objetivando dar conta das diversas dimensões que trespasa a vida dos educandos e que permitem identificar o público-alvo do PROEJA, aqueles efetivamente em condições de exclusão dos sistemas de ensino e em situação social desfavorecida. O instrumento eleito foi um Questionário Socioeconômico e Educacional que abordou as dimensões referentes à trajetória escolar do educando, suas condições socioeconômicas, conhecimentos na área de língua portuguesa e conhecimento lógico-matemático. É sobre o processo de seleção dos alunos a partir do uso desse instrumento de seleção que trata o próximo subitem.

2.1.1 O ACESSO AOS CURSOS DO PROEJA NO IFPI

O acesso a educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí -IFPI (antigo CEFET-PI) há muito tempo ocorre através de testes seletivos, obedecendo ao princípio da meritocracia, segundo o qual aqueles que obtêm as maiores pontuações são os eleitos para acesso aos cursos da instituição. Ao serem implantadas as primeiras turmas do PROEJA no Instituto, isto é, no primeiro ano do Programa na Instituição, o edital público norteador do certame priorizou o princípio da meritocracia. Poderiam se inscrever para concorrer a vaga todos aqueles com idade a partir de 18 anos e que tivesse concluído o ensino fundamental, realizando-se posteriormente o processo seletivo com os candidatos habilitados através de prova objetiva, que verificava conhecimentos na área de português e matemática. Os primeiros colocados com maior pontuação em tais exames eram os habilitados para realização dos cursos, conforme o número de vagas.

Destaque-se que a primeira seleção para alunos do Proeja no Instituto Federal do Piauí, ocorreu sob a égide do Documento Base lançado em 2006 que trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio. Tal documento não especificava as formas de acesso, contando no item “oferta de vagas, inscrição, matrícula e organização de turmas” a seguinte redação:

Os cursos deverão ser gratuitos e de acesso universal segundo os critérios do Programa. A instituição proponente se responsabilizará pela oferta de vagas, inscrição, matrícula e organização de turmas. As vagas deverão ser ofertadas na forma de edital público. Os critérios para inscrição e matrícula dos interessados nos cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio articulada ao ensino médio na modalidade EJA são:

- a) ter ensino fundamental concluído;
- b) ter idade compatível com a definida no projeto e em conformidade com a legislação sobre EJA (Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000) (BRASIL, 2006, p.47).

No ano seguinte, com a ampliação do espectro do Proeja e após ampla discussão entre as várias Coordenações Locais do Proeja e a Coordenação Geral do Programa, a forma de acesso foi incluída no Documento Base. Passou a vigorar uma nova redação no item “oferta de vagas, inscrição, matrícula e organização de turmas”.

Os cursos deverão ser gratuitos e de acesso universal segundo os critérios do Programa. A instituição proponente se responsabilizará pela oferta de vagas, inscrição, matrícula e organização de turmas. As vagas deverão ser ofertadas na forma de edital público, podendo a seleção ser realizada por meio de processo seletivo simplificado, sorteio, entrevistas ou a combinação de vários

instrumentos seletivos ou outros que a escola venha a adotar, considerando-se, imprescindivelmente, a condições de democratização de acesso. Os critérios para inscrição e matrícula dos interessados nos cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio articulada ao ensino médio na modalidade EJA são:

a) ter ensino fundamental concluído;

b) ter idade compatível com a definida no projeto e em conformidade com a legislação sobre EJA (Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000) (BRASIL, 2007, p.59, GRIFO NOSSO).

O documento estabelece formas diversificadas para o processo de seleção para ingresso nos cursos do PROEJA. Essas formas vão desde os tradicionais processos seletivos simplificados, a formas inovadoras como sorteios, entrevistas, ou mesmo a combinação de instrumentos ou a escolha de outros que a instituição julgue pertinente para o processo, devendo esses imprescindivelmente ser favorecedores da democratização no acesso a esse nível de ensino.

Diante das novas possibilidades e dos relatos de experiência socializadas entre os gestores do programa, a Coordenação do PROEJA no IFPI reviu sua forma de seleção. A Coordenação buscou estabelecer instrumento diferenciado do processo seletivo simplificado por meio de prova, elegendo o questionário socioeconômico e educacional como ferramenta para seleção dos alunos das novas turmas.

Entre os motivos elencados pela Coordenação para a mudança na metodologia do processo de seleção, estão: os exames através de provas de conhecimento são processos que afastam o público-alvo do Proeja, que em sua maioria são alunos fora da sala de aula há algum tempo, com baixa auto-estima, o que desencadeia neles certa resistência em submeter-se a exames desse tipo; os exames classificatórios que consideram apenas a pontuação obtida nos exames, desconsiderando o contexto dos alunos, seu percurso escolar e sua realidade social.

As informações privilegiadas pela coordenação na elaboração do questionário e o modo como o mesmo foi utilizado na seleção dos alunos será discutido no item resultados.

III METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizou-se a partir de dados quantitativos e qualitativos. Os dados utilizados para análise acerca do acesso aos cursos do PROEJA no IFPI foram o Edital Público do processo seletivo para cursos do PROEJA no IFPI em 2008, os Questionários Socioeconômico e Educacional e Ficha de Pontuação dos Candidatos, todos obtidos junto à própria coordenação do PROEJA no IFPI. O edital traz as

informações gerais acerca das vagas ofertadas em cada unidade (hoje campus), os critérios para inscrição e a forma de seleção; os questionários contêm as informações prestadas pelos alunos no momento da sua inscrição, e foi o elemento a partir do qual se realizou a seleção dos alunos; as fichas de pontuação foi o recurso através do qual foram quantificadas as informações prestadas pelos inscritos.

As informações prestadas no questionário são indicativas da condição social e trajetória escolar do candidato, bem como dos conhecimentos detidos na área de matemática e língua portuguesa. O recurso é composto por questões de natureza objetiva – respostas de múltipla escolha – e subjetiva – na qual o próprio candidato elaborava as respostas. As informações prestadas no questionário subsidiaram o preenchimento da ficha de pontuação dos candidatos pelos avaliadores. A comissão de avaliadores foi composta por profissionais de áreas diversificadas (pedagogia, serviço social, letras português, matemática), todos de alguma envolvidos no programa.

O questionário e a ficha de pontuação do candidato são as principais fontes de dados desta pesquisa. As informações obtidas a partir deles foram quantificadas através de tabulação realizada no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 11.0. A tabulação permitiu conhecer, de maneira geral, o público que concorreu a uma vaga do curso em questão, bem como realizar comparações entre os elementos detidos por aqueles que concorreram à vaga e os que obtiveram êxito, através da aprovação, possibilitando verificar o peso dos elementos indicativos da condição social do estudante na sua aprovação.

Para uma melhor leitura dos dados e realização de análise comparativa, procedeu-se com a construção de tabelas, que são expostas e comentadas no item a seguir.

IV RESULTADOS

O questionário, aplicado no momento da inscrição do candidato, investigou elementos de ordem social, econômica, profissional e educacional. As questões nele contidas são referentes à: idade, estado civil, configuração do grupo familiar, se possui necessidades especiais, rede em que realizou os estudos, turno em que realizou o ensino fundamental e nome da escola, modalidade de ensino que concluiu, se já teve reprovação, desde quando não frequenta escola, meios de comunicação através dos quais costuma se comunicar, profissão, situação ocupacional, experiências profissionais,

participação na vida econômica da família, renda familiar, despesas mensais, além de expectativas quanto à realização do curso e justificativas para ingresso no mesmo.

As questões relativas aos conhecimentos de português e matemática, são também inquiridas no questionário, através dos seguintes elementos:

✓ Raciocínio lógico-matemático – contemplado nas seguintes no item Idade (informação da idade atual e a idade em dezembro de 2008);

✓ Renda (informação da renda total da família, o número de membros, e cálculo para informar a renda per capita do grupo);

✓ Despesas da família (água, energia, telefone, alimentação, outras despesas) – referem-se às despesas, considerando-se a coerência com a renda total informada, e devendo constar ao final o valor do somatório das despesas (cálculo realizado pelo candidato).

✓ Língua Portuguesa – considerou-se a redação realizada pelo candidato – uma carta escrita ao Reitor do IFPI, com os motivos que justificassem seu ingresso no curso.

Dentre os elementos contidos no questionário, os considerados para na pesquisa foram relativos à: tempo fora da sala de aula, renda per capita, vivência profissional, perspectivas quanto ao curso, rede de ensino, conhecimentos de português, matemática.

Foram tabulados os dados informados por todos os candidatos, através do questionário socioeconômico e educacional. Dividiram-se as informações entre aprovados e classificados, de modo a viabilizar uma análise comparativa entre aqueles que se candidataram a uma vaga e aqueles que conseguiram ingressar no curso.

Outro elemento considerado foi a experiência do trabalho. A trajetória dos alunos de camadas populares é, em grande parte, marcada por rupturas na escolaridade em detrimento do trabalho. Pesquisas na área da Sociologia da Educação, com a realizada por (BRANDÃO, 2002), apontam que o desempenho de atividade, seja ele formal ou informal, é recorrente entre alunos que evadem da escola, ou que tem um percurso escolar marcado por idas e vindas no sistema escolar. Considerando-se esse quadro de referencia, a vivência profissional foi um dos elementos considerados com indicador da condição social e da trajetória do aluno.

A pontuação que o candidato poderia atingir no item vivência profissional, variou entre 0 e 5 pontos. Aqueles que nunca tiveram qualquer experiência profissional obtinham pontuação 0; os candidatos que trabalhavam, mas fora da área obtinham 3 pontos; os que trabalhavam na área do curso concorrido, obtinham valor máximo, 5 pontos; e os que encontravam-se desempregados obtiveram 2 pontos.

Nos dados sobre experiência de trabalho, 23,5% dos candidatos nunca trabalharam e 76,5% já tiveram alguma experiência laborativa. Considerando-se o grupo dos aprovados, a representação daqueles que nunca trabalharam reduz-se para 16%, enquanto a representatividade dos que têm ou já tiveram alguma experiência subiu para 84%, indicando a vantagem dos que possuíam alguma experiência profissional.

Quanto à rede de ensino da qual o aluno era oriundo, entre os 136, apenas 7,3% (10 candidatos) dos candidatos realizaram todo o ensino fundamental ou maior parte na rede privada de ensino. Os dados confirmam o fato de que o público que busca a educação na modalidade de EJA é predominantemente o aluno proveniente da rede pública de ensino. Entre os aprovados, apenas dois candidatos obtiveram vaga, o que representa 5% do universo dos candidatos aprovados.

No que se refere ao percurso escolar, esse também foi investigado. Segundo estudiosos da sociologia da educação (NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2000), o distanciamento da escola e o tempo que um indivíduo permanece fora da mesma, encontram-se relacionados à posição social desfavorecida do grupo familiar na estrutura da sociedade, resultado do escasso capital econômico e capital cultural. O restrito capital econômico na maior parte das vezes obriga o sujeito a abandonar os estudos ou adiar a realização do mesmo, para atender à necessidade imediata de obtenção de recursos que permita a reprodução do grupo familiar; já a escassez de capital cultural, faz com que a escola e suas atividades sejam vividas como um fardo, enquanto outras atividades como o lazer e/ou trabalho sejam vistas como mais interessantes e prazerosas.

No item tempo fora, os inscritos estão distribuídos de maneira variada: 14% não interromperam os estudos ou encontram-se a menos de 1 ano fora de sala de aula; 39% está entre 1 a 2 anos; 22% entre 3 a 5 anos; os aprovados encontram-se assim distribuídos: 14 encontravam-se fora da escola há mais de 5 anos, 13 entre 3 a 5 anos, 9 estavam de 1 a 2 anos fora da escola, e 1 não havia interrompido os estudos.

No que se refere à perspectiva do candidato em relação ao curso, a pontuação oscilava entre 0 a 5 pontos. Nesse item buscavam-se conhecer do candidato suas expectativas pessoais e profissionais com realização do curso, de que forma contribuiria para sua vida e formação.

Os resultados esboçados indicam que de modo geral os inscritos tinham alguma perspectiva com relação à realização do curso, que se configuravam como: possibilidade de adquirir novos conhecimentos, possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, incremento de conhecimentos já detidos ou mesmo preparação para

ingresso na universidade. As perspectivas apresentadas esboçam a busca de qualificação profissional para atender a um mercado cada vez mais flexível e exigente, ou para garantir trabalho e renda de forma independente e empreendedora.

Quanto à pontuação no referido item, a maior parte detêm 3 a 4 pontos, sendo que os aprovados também situam-se em grande parte entre essa faixa de pontos; apenas 1 candidato não apresentou quaisquer perspectiva com relação à realização do curso; 3 apresentaram pouca perspectiva; e 5 apresentaram excelentes perspectivas.

Outro elemento incluído como indicativo da condição de classe foi a renda per capita, que refere ao capital econômico do grupo familiar. A pontuação obtida conforme a renda variou entre 0 a 10 pontos, de acordo com a faixa de renda informada. Os inscritos encontram-se assim distribuídos com relação à renda per capita: 6% com renda per capita acima de um salário mínimo; 10% entre meio a um salário mínimo; 47% entre um quarto a meio salário mínimo; 37,5% com renda inferior a um quarto do salário. Entre os aprovados dentro das vagas a distribuição é a seguinte: há apenas 1 (2,7%) candidato com renda acima de um salário mínimo e 1 (2,7%) com renda entre meio e salário e um salário mínimo; entre um quarto e meio salário representam 32,5%; e com menos de um quarto do salário são 62%.

Verifica-se que a representatividade dos aprovados em relação aos classificados eleva-se consideravelmente em números relativos quanto menor é a renda per capita do grupo familiar do qual pertence o candidato.

Além dos aspectos relacionados à condição social e à trajetória escolar, consideraram-se os conhecimentos do candidato na área de raciocínio lógico-matemático e em língua portuguesa para efeitos de acesso. No item raciocínio-lógico matemático a pontuação obtida poderia variar entre 0 a 18 pontos, conforme a precisão das respostas informadas.

A pontuação obtida pelos candidatos variou entre 2 a 18 pontos, sendo que o candidato aprovado com menor pontuação obteve 8 pontos e o aprovado com maior pontuação alcançou 18 pontos (único com pontuação máxima). Verifica-se que maior parte dos candidatos obteve aproveitamento superior a 60%, concentrando-se 85 candidatos (62,5%) na faixa entre 13 a 15 pontos. Entre os aprovados, observa-se uma distribuição das vagas entre candidatos nas diversas faixas de pontuação, existindo mais de 50% dos aprovados com 13 pontos ou menos. Os dados evidenciam, portanto, que não há prevalência dos candidatos com maiores pontuações.

No que se refere aos conhecimentos em língua portuguesa a pontuação obtida poderia variar entre 0 a 30 pontos, considerando-se na análise os seguintes itens: análise e interpretação do texto, coesão e coerência, ortografia e correção gramatical.

No que se refere aos conhecimentos em língua portuguesa a pontuação obtida poderia variar entre 0 a 30 pontos, considerando-se na análise os seguintes itens: análise e interpretação do texto, coesão e coerência, ortografia e correção gramatical. A pontuação obtida pelos candidatos variou entre o mínimo e o máximo possível, concentrando-se os candidatos na faixa de 17 a 21 pontos, representando 49% dos candidatos. Quando se considera apenas os candidatos aprovados, 54% estão concentrados na faixa entre 19 a 22 pontos. Houve, portanto, em termos percentuais um aumento na pontuação entre os aprovados quando se considera a concentração por pontuação obtida.

Os resultados permitem inferir que o item conhecimento em língua portuguesa teve peso significativo na obtenção de uma vaga. Destaque-se, contudo, que esse item não foi determinante na aprovação, haja vista existirem candidatos que alcançaram uma pontuação elevada, mas não obtiveram uma vaga. Isso se deve ao fato de ter sido considerado na seleção outros indicadores, de modo que além dos conhecimentos demonstrados nas áreas de conhecimentos especificadas, os candidatos deveriam reunir um conjunto de características indicativas da condição social que são típicas do aluno da EJA.

CONCLUSÃO

A análise acerca do uso do questionário socioeconômico e educacional permitiu conhecer a metodologia utilizada de forma inovadora no acesso aos cursos da rede federal, que supera processos tradicionalmente utilizados, como os famosos testes de conhecimentos, que tende a distanciar os potenciais candidatos da EJA, pois se tratam de pessoas que, de modo geral, tiveram uma trajetória escolar marcada pelos resultados insuficientes e pelo distanciamento da escola, o que desemboca em baixa autoconfiança.

O perfil dos aprovados evidencia que itens desenvolvimento de atividade profissional, tempo fora da escola, renda per capita do grupo familiar e conhecimentos em língua portuguesa tiveram peso determinante para acesso a uma vaga. Conclui-se, dessa forma, que a seleção por meio de questionário socioeconômico educacional é uma estratégia democratizadora do acesso, pois viabiliza o ingresso dos grupos destinatários

do programa. Destaque-se que o instrumento pode ainda ser reelaborado numa próxima seleção, adicionando-se aos indicadores já considerados, outros importantes indicadores que são recorrentes entre os grupos destinatários do EJA, quais sejam: idade, cor e tipo de ensino concluído, dando-se prioridade para os que possuem maior idade, se auto-declararem afrodescendentes e forem oriundos de ensino fundamental supletivo ou participantes de programas como o ProJovem.

REFERENCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11 > acesso em jan 2008e.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **PROEJA** - Programa Nacional de Integração de Educação Profissional integrada à educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos / Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Documento Base, 2 ed. Brasília: MEC, agosto de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **PROEJA** - Programa Nacional de Integração de Educação Profissional integrada ao ensino médio modalidade de Educação de Jovens e Adultos / Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Documento Base, Brasília: MEC, 2006.

HADDAD, Sergio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 014, p. 108-130, mai-ago, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e camadas populares. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000).